



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

21/10/2016 - Telesíntese

# Mais de 5 mil municípios brasileiros não têm competição na banda larga, aponta relatório da Anatel

A Anatel decidiu ontem, por circuito deliberativo, aprovar uma nova diligência antes de lançar para a consulta pública o novo Plano Geral de Metas de Competição, (PGMC), cuja revisão do primeiro plano deve ser feita a cada quatro anos. Pelos critérios atuais de análise, ainda há muito monopólio ou duopólio nos serviços de telecom no país. Na banda larga fixa, por exemplo, 97,45% dos municípios têm quase nenhuma ou nenhuma competição.



A Anatel decidiu ontem, por circuito deliberativo, aprovar uma nova diligência antes de lançar para a consulta pública o novo Plano Geral de Metas de Competição, (PGMC), cuja revisão do primeiro plano deve ser feita a cada quatro anos. A agência determinou a área técnica para incluir em sua análise concorrencial a demanda dos diferentes serviços de telecom, o que pode mudar a configuração dos mercados mais ou menos competitivos e das empresas que têm poder de mercado (e por isso são mais controladas pela agência).

Ficou decidido também nesse mesmo circuito que a proposta do PGMC será lançada em conjunto com dois outros documentos- o novo regulamento geral de interconexão (RGI) e o de Ofertas no Atacado (RHORPA) – visto que as três normas estão entrelaçadas.

### A concentração dos mercados

Conforme o relatório do conselheiro Aníbal Diniz, com pedido de vistas pelo conselheiro Igor de Freitas,

que pediu essa nova diligência), o serviço de banda larga fixa no país continua muitíssimo concentrado: em 97,45% dos municípios há quase nenhuma competição. E nessas cidades moram 66,2% da população.

Apenas em 25 municípios pode-se falar que há uma competição efetiva na oferta de banda larga fixa (com mais de três operadoras prestando o serviço), o que abrange 7,25% da população. E em 117 cidades, que congrega 26% da população, há uma competição moderada.

### TV paga

Na TV por assinatura, a Anatel constata outra grande concentração de mercado. Se analisado sob a ótica nacional há um duopólio, no qual as duas maiores operadoras detêm mais de 60% do mercado nacional.

Se o segmento for analisado por município, a concentração fica ainda mais evidenciada. Em apenas 11 cidades há pelo menos três operadores com 20% do mercado cada uma. Outros 80 municípios são potencialmente competitivos, pois contam com pelo menos dois prestadores com mais de 20% do mercado. Em 2,68 mil cidades, a competição é pequena e em outros 2,78 mil municípios o mercado, na avaliação da Anatel, não é competitivo.

### Voz

O mercado de voz, é o mais competitivo. Até porque, a agência uniu, em sua avaliação a voz fixa e a voz móvel. Assim, 45,41% das cidades brasileiras são competitivas ou moderadamente competitivas. Em 36% das cidades há pouca competição (dois prestadores) e em 18,5% dos municípios, a Anatel entende que são mercados não competitivos.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/10/2016 - Convergência Digital

# Brasil perdeu R\$ 370 milhões com bloqueios ao WhatsApp

O Brasil aparece em uma lista nada lisonjeira de países que de alguma forma adotaram bloqueios ao acesso a internet nos últimos 12 meses, em um movimento global que provocou perdas estimadas em US\$ 2,4 bilhões, ou cerca de R\$ 7,7 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 370 milhões (US\$ 116 mi) envolveram os dois bloqueios ao Whtasapp.

A análise é do Centro para Inovação Tecnológica do Brookings Institute e leva em conta incidentes entre julho de 2015 e junho de 2016. Nesse período, foram registrados 81 casos em 19 países. "Países bloquearam aplicações em particular, derrubaram serviços específicos (mensagens instantâneas e chamadas de VoIP), desligaram telecomunicações móveis ou interromperam toda a internet", diz o documento.

"Perdas econômicas incluem US\$ 968 milhões [R\$ 3 bi] na Índia, US\$ 465 milhões [R\$ 1,4 bi] na Arábia Saudita, US\$ 320 milhões [R\$ 1 bi] no Marrocos, US\$ 209 milhões [R\$ 670 mi] no Iraque, US\$ 116 milhões [R\$ 370 mi] no Brasil, US\$ 72 milhões [R\$ 230 mi] no Congo, US\$ 69 milhões [R\$ 220 mi] no Paquistão e o

mesmo valor em Bangladesh, US\$ 48 milhões [R\$ 150 mi] na Síria, US\$ 35 [R\$ 110 mi] na Turquia e US\$ 20 milhões [R\$ 64 mi] na Argélia, entre outros."

Segundo o estudo, "estas são estimativas conservadoras que consideram apenas reduções na atividade econômica e não perdas tributárias ou quedas na confiança de investidores, negócios e consumidores". No geral, Índia e Iraque tiveram 22 incidentes de bloqueio cada um, seguidos da Síria (8), Paquistão (6), Turquia (3) e uma série de países com dois casos no período, como Brasil, Coreia do Norte, Congo, Bangladesh, Uganda e Vietnã.

O estudo cita que "juízes no Brasil bloquearam acesso ao Whatsapp em diferentes ocasiões no ano em resposta a disputas legais com a empresa sobre acesso das autoridades a dados criptografados dos usuários (que a empresa não tem acesso). Essas ações, decorrentes do interesse de procuradores em um punhado de usuários, efetivamente cortou dezenas de milhões de brasileiros de seus amigos, família e negócios".

24/10/2016 - Convergência Digital

# Governo autoriza incorporação de aportes e quadruplica capital da Telebras

O governo federal autorizou a Telebras a incorporar ao capital a maior parte dos aportes feitos pelo Tesouro Nacional nos anos seguintes à reestruturação da estatal – multiplicando-o por quatro: dos R\$ 263,1 milhões registrados em junho, para cerca de R\$ 1,1 bilhão.

Segundo a empresa, o aumento de capital se dá "mediante créditos da União, derivados de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados nos períodos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015", no montante de R\$ 846,7 milhões, além do saldo residual de capitalizações anteriores no valor de R\$ 7,7 milhões; e atualização de ambos pela taxa Selic.

Desde que a estatal foi reorganizada, em 2010, para tocar adiante o que era o Plano Nacional de Banda Larga, o governo federal injetou os primeiros R\$ 300 milhões em 2011, seguido de aportes de R\$ 232,9 milhões, R\$ 329,4 milhões e R\$ 386,8 milhões nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Como a estatal adiantou que novos investimentos terão que sair de recursos próprios, a conta que ainda resta pagar de compromissos já assumidos é do satélite geoestacionário de defesa e comunicações, que foi orçado em cerca de R\$ 1,8 bilhão e do qual 60% já foram pagos.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/10/2016 - RBA

# Jornada contra a PEC 241 mobiliza todo o país nesta segunda

**Organizados pelas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, atos visam a pressionar deputados que votam nesta semana a proposta de Temer para congelar investimentos públicos por 20 anos**

A Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo realizam nesta segunda-feira (24) em todo o país uma jornada de mobilização contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que entrará em votação em segundo turno na Câmara dos Deputados na terça-feira, segundo agenda publicada pela Casa.

Segundo as frentes, esta proposta do governo Michel Temer busca "concretizar o maior de seus ataques, até agora, aos direitos do povo brasileiro". A PEC 241 prevê o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, garantindo apenas a correção inflacionária e vai afetar em cheio áreas essenciais como saúde e educação.

"Por isso precisamos ir às ruas! As frentes devem buscar a construção de iniciativas conjuntas de informação, denúncia e demonstração da insatisfação com essas medidas", dizem em nota, lembrando que a votação pode ocorrer a qualquer momento nesta semana. "Por isso orientamos a realização de panfletagens, aulas públicas e escrachos denunciando essa proposta e o posicionamento dos parlamentares contra o povo em suas bases eleitorais."

Em São Paulo, será realizado ato amanhã (25), a partir das 18h na Avenida Paulista com apoio também de entidades representativas dos estudantes, mobilizados em todo o país contra a PEC, a reforma do ensino médio, prevista pela Medida Provisória (MP) 746, e o projeto Escola sem Partido. Desde o anúncio da MP, em 22 de setembro, mais de mil escolas já foram ocupadas em todo o país.

### Leia a íntegra da convocação

"As frentes, organizações e coletivos subscrevem este chamado convocam os lutadores e lutadoras sociais do Brasil para uma jornada de mobilizações contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241 na Câmara dos Deputados, cuja votação em segundo turno, está prevista para os próximos dias.

Esta proposta do governo ilegítimo de Michel Temer busca concretizar o maior de seus ataques, até agora, aos direitos do povo Brasileiro. A PEC 241 quer alterar a Constituição Federal, congelando por 20 anos os gastos

do governo federal, incluindo aí o conjunto das políticas públicas. Ou seja, os recursos que hoje já são insuficientes para garantir educação pública, gratuita e de qualidade ou a prestação dos serviços dignos de saúde para a maioria da população brasileira, por exemplo, ficarão estagnados, enquanto a população cresce e as necessidades só aumentam. Por outro lado os recursos para pagamento dos juros criminosos aos banqueiros e especuladores, que já consomem mais de 40% do orçamento da União, permanecerão intocados

Esse tipo de iniciativa só comprova a ilegitimidade de um governo sem voto, que implementa um programa de atraso sem nenhum respaldo popular. A PEC 241 e a Reforma da Previdência são rejeitadas por 80% da população, segundo pesquisa Vox Populi/CUT divulgada nessa semana. Para impor sua vontade contra a do povo, Temer utiliza de todos os artifícios, apoiado pela mídia, para manter uma maioria parlamentar conservadora e fisiológica, insensível às necessidades da população.

Por isso precisamos ir às ruas! As Frentes devem buscar a construção de iniciativas conjuntas de informação, denúncia e demonstração da insatisfação com essas medidas. Nesse sentido saudamos o protagonismo dos estudantes secundaristas e universitários que ocupam centenas de escolas, universidades e institutos federais pelo Brasil em defesa da educação pública gratuita e de qualidade, contra a PEC 241, a autoritária reforma do ensino médio, e a medieval lei da mordaza.

A votação pode acontecer a qualquer momento da próxima semana, por isso orientamos a realização de panfletagens, aulas públicas e escrachos denunciando essa proposta e o posicionamento dos parlamentares contra o povo em suas bases eleitorais. Também indicamos a construção de atos unificados nos estados, prioritariamente, no dia 25/10. Em Brasília buscaremos organizar a resistência e a pressão sobre os parlamentares a partir da mobilização unificada no congresso nacional para a qual convidamos todos a se somar. \* Fora Temer! Diretas Já! Nenhum direito a Menos! Contra a PEC 241 e a Reforma da Previdência!



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/10/2016 - Rede Brasil Atual

# Publicidade infantil e os efeitos danosos às crianças: até quando?

**A publicidade faz bem a alguém? Parece injusto querer crucificar assim uma arte na sua forma mais criativa. Afinal, a publicidade é a arte da persuasão, e os publicitários muitas vezes são geniais**

Desde a famosa propaganda dos anos 90, a publicidade infantil perdeu muito da sua inocência e hoje, liderada pela indústria de brinquedos e de alimentos, é ela o alimento perfeito para a insaciedade que ronda os nossos pequenos. E o pior: longe dos olhos zelosos dos pais, que estão na labuta! Eu conversei com um diretor de criação de agência de propaganda sobre as estratégias para fisgar a atenção das crianças, e ele confessou: criar uma necessidade na criança! Ela acreditará que precisa daquilo. Mas, ao contrário dos adultos, está despreparada para entender que precisar é diferente de querer, e se sente, na ausência do objeto desejado, deprimida nas suas condições de crescer de maneira saudável.

É por isso que, nas nações mais desenvolvidas, a publicidade infantil é praticamente banida! Vale até a contra-publicidade, como a que eu vi no aeroporto de São Paulo, onde o banner enorme com a foto de uma criança negra gordinha era um alerta contra a obesidade infantil.

Exemplos são Inglaterra, Alemanha, Canadá, e, no limite, a Suécia, país que proíbe, e não apenas restringe, publicidade dirigida a menores de 12 anos antes de 21h.

No país como o Brasil, que erotiza até garrafa de cerveja, transformando-a num corpo de mulher, a publicidade infantil – e ela é ainda mais poderosa nos canais internacionais da TV paga dedicados exclusivamente às crianças –, alicia, forja, confunde, ilude e está associada a distúrbios como transtornos alimentares e obesidade; erotização precoce, estresse familiar; violência e delinquência.

A cartilha, produzida pelo Instituto Alana, uma associação sem fins lucrativos, explica, por exemplo, que o delito mais praticado pelos adolescentes com his-

tória de delinquência é o roubo qualificado, ou seja, o desejo de agregar a si o “valor” que vê no outro. O meu amigo publicitário me dizia como um personagem de desenho infantil que as crianças adoram traz, no formato da cabeça, a angulação dos órgãos genitais masculinos, incluindo associações de cores e texturas, numa linguagem subliminar que é tão típica da propaganda, acessando partes do cérebro que vão além da consciência racional.

É esse o jogo da publicidade: despertar o mais puro desejo do consumidor com base em identidades, arquétipos e padrões pré-construídos que são ainda mais nocivos às crianças. A cartilha feita pela ONG Alana é apenas um dos produtos da corajosa campanha disponível no site [www.criancaconsumo.org.br](http://www.criancaconsumo.org.br) e demonstra como o incentivo à bebida também atinge em cheio as crianças.

Os especialistas questionam: por que a propaganda do cigarro foi banida desde 2000 e a das bebidas continuam causando estragos em baixinhos e grandões, sendo hoje os fabricantes de cerveja os principais anunciantes na TV brasileira, a qualquer hora do dia? Talvez o aspecto mais preocupante nesse grande marketing infantil que se tornou a televisão, um mercado de ilusões sem limites e pudores, é a venda do conceito vazio de felicidade, tão bem traduzido pelas propagandas de margarina, com seu arquétipo de família feliz, branca, elitista, vendo a camada de margarina derreter-se num pão quentinho, numa linda manhã ensolarada numa cozinha também branquinha.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2016/10/publicidade-infantil-e-os-efeitos-danosos-as-criancas-ate-quando-2910.html>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/10/2016 - BRASIL DE FATO

# Privatização da Eletrobras ameaça 7,5 mil empregos

**Concessionárias de energia de seis estados do Norte e Nordeste devem ser as primeiras a serem atingidas pela aprovação da MP do setor elétrico**

Brasil de Fato – A Medida Provisória (MP) 735/2016, aprovada pelo Senado na última quarta-feira (19), vem preocupando funcionários de empresas do setor elétrico. O dispositivo, que altera regras do segmento, facilita processos de privatização, diminui a burocracia em leilões, reduz custos da União com subsídios a concessionárias e ainda permite a desestatização de distribuidoras estaduais que foram federalizadas, abrindo caminho para a privatização da Eletrobras.

A companhia lidera um sistema de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia pelo país, incluindo empresas como Chesf, Eletronorte e Furnas, por exemplo.

Segundo projetam as articulações governistas, as concessionárias de energia de seis estados das regiões Norte e Nordeste (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí) devem ser as primeiras a vivenciar o processo de desestatização, o que tende a comprometer um total de 7.500 empregos, segundo dados da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), que congrega sindicatos do setor.

### Articulações

Durante as discussões no Senado foram feitas algumas alterações na MP, uma delas proposta pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), no intuito de preservar todos os empregos dos funcionários. No entanto, o relator da medida, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), acatou apenas parcialmente a proposta e, após acordos com o governo, o texto incluiu a manutenção de 70% do quadro durante os três primeiros anos de privatização.

Com isso, os funcionários enfrentam um clima de receio e insegurança em relação ao trabalho. "Está muito ruim pra gente. Há um clima de preocupação, tensão e tristeza, porque já temos conhecimento do que acontece quando uma empresa é privatizada", diz Francisco Marques, da direção do Sindicato dos Urbanitários do Piauí (Sintepi), que representa os funcionários da companhia no estado.

Somente no Piauí, por exemplo, a Companhia Energética do Estado (Cepisa) tem 1.600 funcionários con-

cursados. "Nós tínhamos uma projeção de aumentar esse contingente pra 2.500 até 2017, por conta de um acordo firmado entre o MPF (Ministério Público Federal) e a empresa, porque a recomendação era a companhia substituir todos os terceirizados que hoje desenvolvem atividade-fim, mas agora tudo isso fica comprometido também", lamenta Marques, acrescentando que há cerca de 1.200 terceirizados nessa situação.

Ele destaca ainda o contexto do Maranhão e do Ceará, onde as concessionárias da Eletrobras foram privatizadas em anos anteriores e o quadro de terceirizados cresceu exponencialmente. "Atualmente, o perfil dos empregados é de 85% de terceirizados na Coelce e 90% na Cemar. É claro que os funcionários da Eletrobras se preocupam com essa nova estrutura de trabalho", completa o dirigente.

A servidora Zenaide Lustosa, que atua na Cepisa há 31 anos, disse que se sente temerosa com a iminência da privatização. "Esse tipo de especulação sempre esteve presente na vida dos trabalhadores da empresa, mas claro que houve um impacto grande agora, porque se criou um clima maior de insegurança. É pior ainda para as pessoas que têm mais tempo na empresa, como eu, que estou dentro do público que deve ser mais atingido. (...) Tenho uma amiga que está até com depressão por causa disso", conta.

### Precarização e custo do serviço

Um dos aspectos levantados pelos opositores da medida provisória é o risco de precarização dos serviços de energia após a privatização da Eletrobras. "Estudos feitos pelo Dieese e pela própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostram que nenhuma das empresas que foram privatizadas melhorou a qualidade de prestação do serviço. Além disso, o custo chegou a subir 300% em algumas companhias, se compararmos com as tarifas das empresas públicas", destaca o sindicalista Francisco Marques.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/10/privatizacao-da-eletobras-tende-a-comprometer-7500-empregos-em-seis-empresas-7519.html>